

CAMILO APOLOGISTA DOS JESUÍTAS

MANUEL SIMÕES *

«O afecto à Companhia de Jesus» — escreve Alexandre Cabral, o maior especialista vivo da vida e obra do Mestre de Ceide — é «um sentimento inalterável na produção camiliana»¹. Noutro lugar especifica melhor o seu pensamento:

«Desde os primórdios da sua actividade literária, Camilo Castelo Branco, a despeito de algumas vezes ter frechado com impiedade os membros da cleresia e, de longe a longe ter criticado certos aspectos negativos da Igreja, respeitou sempre e com pertinácia defendeu o papel influenciador da Companhia de Jesus no mundo moderno e em especial na sociedade portuguesa»².

Daqui se poderá razoadamente concluir que «Camilo foi de facto um acérrimo defensor dos Jesuítas»³.

O caso é tanto mais de admirar, quando conhecemos a instabilidade emocional e ideológica do grande escritor que lhe viria a causar alguns amargos de boca. Por ocasião da sua morte, o vigoroso polemista vimarense P. José d'Affonseca Mattos (1883-1896) falou neste mesmo sentido, como autorizado porta-voz dos jesuítas portugueses de então.

«Com tão desairosa morte como Silva Porto, — escreve o suposto epistológrafo — faleceu o fecundo e mui apreciado

* Director da Casa de Camilo.

¹ *Dicionário de Camilo Castelo Branco*, Lisboa, Edit. Caminho, 1988, p. 487.

² *Polémicas de Camilo*, vol. IX, Livros Horizonte, 1982, p. 45

³ *Ibid.*, p. 53

escritor Camilo Castelo Branco, que há pouco fizeram visconde de *Correia Botelho*, —talento peregrino, mas por desgraça inconstante e contraditório de um modo fenomenal ...; escritor verdadeiramente notável como estilista, mas nulo como filósofo e como moralista, porque defendeu o *sim* e o *não*, não havendo, pode dizer-se, uma asserção sua a que se não possa opor outra contrária, igualmente dele: e forças opostas neutralizam-se, como é sabido; portanto anulam-se. Citar em apoio de qualquer doutrina Camilo, e outros escritores assim (por desgraça quase todos os mais afamados do nosso tempo entre liberais — grimpas «volúveis a todo o vento ...»), é trabalho quase inútil, porque lhes falta autoridade» ⁴.

Há anos, falando com o Dr. Pedro Veiga, — o famoso *Petrus* — confessou-me ele ter começado uma obra que se chamaria mais ou menos «As Ideias de Camilo», mas que desistira a meio do trabalho, por verificar que as fichas constituíam apenas uma antologia de contradições.

No caso que nos ocupa, as sinceridades sucessivas que Camilo exemplificou, abundantemente, na sua atribulada vida e nos seus escritos, foram substituídas, inesperadamente, pelo «sentimento inalterável», citado no começo destas páginas.

Em busca de motivação

Ao apresentar a primeira edição das *Polémicas de Camilo* ⁵ o organizador trata longamente da «Formação Religiosa» do mestre, facto sobremaneira importante para compreendermos devidamente o seu mundo novelístico. A conclusão vem a ser que o romancista «foi mais influenciado pelas páginas sangrentas de violências, ódios e vinganças do *Velho Testamento*, do que pela pureza doutrinária do *Novo* — permanente lição de compreensão humana, de perdão, de fraternidade» ⁶.

Impressionado pelo facto de Camilo não patentear nos seus escritos «a suavidade dos princípios, a humanidade dos ensinamentos

⁴ Carta 2ª a um novo português na África, em *Novo Mensageiro do Coração de Jesus*, Lisboa, 1980, p. 491.

⁵ Lisboa, Portugália Editora, s.d.

⁶ I vol., p. 29.

de Cristo», antes manifestar «uma intolerância e uma severidade que se lhes opõem», o ilustre investigador camiliano lembrou-se, instintivamente, de Inácio de Loiola, cuja imagem, nada popular, anda de facto ligada, na mentalidade corrente — com ou sem razão, não curamos de o discutir aqui — ao rigor e à intransigência.

E surge, nas próprias palavras do autor, «a hipótese, arrojada sem dúvida» registada a seguir: «teria sido Camilo um discípulo do Instituto de Jesus?»⁷ A resposta vem um pouco mais adiante: «É nossa convicção que o romancista foi influenciado, de forma perdurável, pelo espírito da Companhia», sendo jesuítico o imobilismo característico do seu universo romanesco⁸. Cautelosamente, porém, Alexandre Cabral adianta: «Não afirmamos que essa influência se tenha efectuado por transmissão directa»⁹.

Deixando de lado alguns pormenores, que talvez merecessem, com mais vagar, uma discussão minuciosa, se bem entendendo a argumentação do eminente camilianista e meu querido amigo, diz-nos ele, muito simplesmente, que Camilo defendeu sempre os Jesuítas porque intimamente se identificava com eles.

Correndo o risco de provar demasiado e assim tirar força ao seu argumento, conforme o provérbio das escolas, Alexandre Cabral, ao falar da «submissão absoluta aos poderes constituídos» afirma que Camilo se assemelha «tal como um retrato ao seu original». E, em apoio da sua tese, traslada por extenso o teor da regra 36 do Sumário das *Constituições* jesuíticas, segundo a exacta versão francesa do antigo jesuíta Manuel Borges Graíña¹⁰. Traduzido do original latino o texto diz o seguinte:

«Persuada-se cada um que os que vivem em obediência devem deixar-se guiar pela divina Providência, por meio do Superior, como se fossem um corpo morto que se deixa levar para qualquer lado e tratar como se quiser; ou como o bordão de um velho que serve em qualquer parte e para qualquer coisa em que o quiser empregar quem o tem na mão».

⁷ *Ibid.*, p. 30.

⁸ *Ibid.*, p. 31.

⁹ *Ibid.*, p. 46.

¹⁰ *Ibid.*, p. 52. Cfr. *Histoire de la Compagnie de Jésus au Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915. O Autor, adverso aos jesuítas, escreveu contra eles mais duas obras: *O Portugal Jesuíta* e *Os Jesuítas e as Congregações Religiosas em Portugal nos últimos trinta anos*.

Confesso que não estou a ver Camilo, tão insofrido e deslinguado de seu natural, arregimentado em qualquer rebanho, por metafórico que fosse, obedecendo com os outros, «perinde ac si cadaver essent».

Por outro lado, fazer dele um «jesuíta de casaca» como se dizia no século passado, pareceria exageração manifesta. Como curiosidade, vejamos como esta gente era descrita pelo já citado Borges Graíña, precisamente um ano depois da morte de Camilo:

«Chamam-se usualmente *Jesuítas de casaca* os indivíduos que, não pertencendo propriamente às ordens Religiosas por não fazerem votos Religiosos nem estarem sujeitos absolutamente à obediência dos Superiores das Congregações, têm contudo o espírito dos Jesuítas, trabalham com o mesmo ideal e intuito dos Jesuítas e executam quase cegamente as ordens ou indicações dos mesmos Jesuítas»¹¹.

Voltando ao nosso ponto, o que interessa aqui é a intuição que Alexandre Cabral teve de que Camilo, defendia de algum modo o seu mais profundo modo de ser, porventura inconscientemente.

Por sinal, e dando mais força ao caso, quando Camilo começou a louvar os inacianos, ainda eles se não tinham estabelecido em Portugal, o que só veio a acontecer em 1858, com o P. Carlos Rademaker ocupando a Quinta da Torre, em Campolide¹².

Precisando ainda a questão capital, se «no mundo novelístico camiliano, o Pecado e a Punição, o Crime e o Remorso, andam indissolúvelmente associados, formando um corpo doutrinário homogéneo, perfeito, acabado»¹³, — o que constitui, segundo Alexandre Cabral, imobilismo característico — tal não era apanágio exclusivo dos Jesuítas, antes constituía pertença comum da Igreja Católica Romana, particularmente entre nós.

Sintetizando o que Alexandre Cabral explicou em muitas páginas, poderíamos concluir a nossa demanda, com a motivação talvez mais subtil e, aparentemente, mais lógica de quantas costumam apresentar-se.

Defendendo os Jesuítas e os princípios de doutrina e moral católicas, desde o *Anátema* (1851) até aos *Vulcões de Lama* (1886), Camilo

¹¹ *Os Jesuítas...*, Porto, 1891, p. 109.

¹² ACÁCIO CASIMIRO, *Fastos da Companhia de Jesus restaurada em Portugal* (1829-1930), Porto, 1930, p. 12.

¹³ *Polémicas*, Lisboa, Portugália Editora, 1ª ed., I, p. 11.

deu mostras de coerência exemplar, porque, em definitiva, defendia «os princípios geradores do seu mundo romanesco».

Horas de Paz (1865)

Nesta obra, repartida em dois volumes, fez reimprimir Camilo textos publicados, dez anos antes, em dois semanários religiosos do Porto que ele orientou: *O Cristianismo* (1852) e *A Cruz* (1853).

No prefácio ratifica, por assim dizer, estes seus escritos, com significativas palavras:

«é certo que o autor, ainda agora, tão longe para quem das remansosas águas em que descansou por pouco tempo, o atormentado esquite de sua vida, ainda agora vive na fé, na crença e na esperança daqueles tempos em que trasladava ao papel essas desambiciosas cogitações de sua alma, vivamente impressionada de coisas do céu, muito a ocultas e de fugida das coisas da terra. E nenhuma outra defesa oferece o autor já contra as razões respondíveis, já contra a mofa inofensiva dos bons e maus censores»¹⁴.

As referências aos Jesuítas aparecem no II volume. No capítulo XXVII, que leva como título: «Que há de comum entre o regicida de Isabel II e o Jesuíta? (1852)», podemos ler:

«O jesuíta prostra-se diante duma cruz arvorada entre as tribos do mundo selvagem, enquanto Martin Merino proclama as teorias do regicídio com as mãos ensanguentadas da execução.

A vossa calúnia é reprovada por Deus, e não fere a sandália do jesuíta. [...]

O jesuíta virá entre nós, e as suas palavras serão de benção sobre os vossos frutos malditos!

Assim viesse para nós o dia do arrependimento como ha-de raiar para ele o dia do triunfo»¹⁵.

Para compreendermos cabalmente o alcance desta «profecia», devemos repetir que não havia jesuítas em Portugal, quando Camilo publicava estas linhas.

¹⁴ *Horas de Paz* vol. I, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1903, 3ª. ed., p. 5.

¹⁵ *Horas de Paz*, vol. II, p. 54.

O capítulo XXX, ao recensar as «Anedotas do ministério do marquês de Pombal, e conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo», vertidas do francês ao português, considera que D. José I e Pombal, autores titulares da expulsão dos jesuítas, são hoje condenados no tribunal da crítica com documentos insobornáveis.

Impressiona a segurança de Camilo que, repare-se, contava apenas vinte sete anos e que, a despeito da pouca idade, nos aparece como um polemista de mão cheia.

«As iras tempestuosas desse mar de sangue, — escreve ele — em que os «amigos» da humanidade desejaram ver o naufrágio da Companhia de Jesus, aí vêm partir-se no rochedo da história, que inabalável de factos irrespondíveis, arremessa para longe, como o dedo de Deus, as sedições invectíveis de caluniadores ignaros.

A palavra — jesuíta — estremecia os nervos desta multidão de superficiais, que desgraçadamente são sempre os primeiros a sentar-se nos ágapes da ciência. Ao passo que motejavam as superstições, alimentadas pela ignorância dos imbecis, davam de si um triste documento de cega credulidade no *ipse dixit* do Seabra, e de muitos outros Seabras inspirados pelo célebre senhor de Oeiras».

Camilo alude aqui, evidentemente, ao serventuário do Marquês, «Doutor José de Seabra da Silva, Desembargador da Casa da Suplicação e Procurador da Coroa de sua Majestade» que se prestou a dar à luz, em 1768, a

«Dedução Cronológica e Analítica na qual se manifestam pela sucessiva série de cada um dos Reinados da Monarquia Portuguesa, que decorreram desde o Governo do Senhor Rei D. João III até o presente, os horrorosos estragos que a *Companhia* denominada *de Jesus* fez em Portugal e todos seus Domínios por um Plano e Sistema por ela inalteravelmente seguido desde que entrou neste Reino até que foi dele proscrita e expulsa pela justa, sábia e providente Lei de 3 de Setembro de 1759».

«A *Dedução Cronológica* — continua Camilo — lida com ansiedade pelos nossos pais, foi-nos transmitida como 'cordão sanitário contra a peste jesuítica'.

Este gracioso epíteto faz-nos recordar um folheto, assim nomeado, e aqui publicado há poucos anos, como prova da ortodoxia de seu autor, que poderá melhor servir a causa do clero, a que pertence, se melhor compreendesse o muito que recua no progres-

so das letras, onde quis alistar-se com aquele diploma de admissão em punho».

Continua o escritor dizendo que, felizmente, as pessoas se vão acautelando das leituras capciosas em que a deficiência de verdade emparelha com a deficiência do engenho. Contudo, o mal parece não provir daí, porque num século analítico, como o presente, a mentira não circula facilmente como boa moeda.

O mal virá, isso sim, da tradição que os nossos pais sinceramente crentes, nos transmitiram sobre a Sociedade de Jesus. Tivessem eles conhecido em seu tempo «as questões vigorosas de *Crétineau-Joly* com os jornais italianos e franceses» e «a geração que passou, desiludida, tomaria a cargo legar-nos uma herança de verdade, que hoje vamos grangeando, apesar dos embaraços espinhosos da ideia antecipada».

E remata lucidamente:

«Quem quiser averiguar o dolo e reserva com que foram redigidos os libelos que maculam a Companhia de Jesus, leia, faça propósito de desenganar-se, dispa-se de preconceitos herdados, coloque-se ao lado desse tão apregoadado luminar do século XIX, e revista-se de coragem, que demanda a profundidade dum estudo, o qual, astuciosamente, os inimigos da Companhia enredaram de estorvos fraudulentos».

Louvando as «Memórias» anunciadas no periódico, apregoa-lhes a virtude de «esquadrinhar os escaninhos do sofisma, que, *momentaneamente*, desvirtuou o primor de arte das instituições religiosas».

E conclui, revertendo ao caso português:

«o reinado de D. José I, seria melhor desencavilhado do seu enredo de intrigas, por um diplomata, que espreitasse invisível cada passo do rei, cada pensamento do válido, e cada feito dos jesuítas, na crise angustiosa em que se viram» ¹⁶.

Nos capítulos XXXV e XXXVI procura Camilo bosquejar a vida do fundador da Companhia, Inácio de Loiola. A obra é por demais imperfeita, sendo de sublinhar antes o intuito motivador que a execução conseguida. Por isso mesmo, «como defesa e anteparo», nos dá a versão dum artigo de Luís Veuillot que considera «sobreexcelente escrito».

¹⁶ *Ibid.*, p. 69-71.

Os nove parágrafos (p.113-166) rematam com uma «Nota» em que o autor se desculpa de não poder concluir o trabalho começado, por falta de vagar para de novo compulsar livros e documentos e assim historiar condignamente o estabelecimento da Companhia de Jesus em Portugal e «as relações trocadas entre D. João III e o corajoso e apostólico fundador».

Como bom polemista, considera que

«Não seria esta parte do seu trabalho a menos importante, para rebater calúnias que o tempo, em vez de destruir, nos ânimos apoucados em amor de verdade, como que foi consolidando e entranhando em ódio e ingratidão aos benefícios que a Sociedade de Jesus derramou, com o sangue próprio, nas possessões barbarescas de Portugal»¹⁷.

Para fechar a incompleta biografia do Fundador, Camilo vai «procurar-lhe a morte à notícia que nos deu do ditoso trespasse de Inácio de Loiola o Padre Baltasar Teles».

Deve notar-se que o suporte da vida inaciana esboçada pelo escritor é praticamente apenas a *História da Companhia de Jesus* de Crétineau-Joly cuja terceira edição em três volumes, que temos à vista, parece ter sido a que Camilo utilizou, a julgar pelas citações e referências¹⁸.

História de Gabriel Malagrida (1875)

Trata-se da versão portuguesa de uma pequena biografia, publicada em França dez anos antes, historiando a vida e morte de um jesuíta italiano, missionário no Maranhão e Pará e ainda professor em terras de Santa Cruz.

Entre as suas conhecidas bemfeitorias conta-se o facto de ter ajudado a bem morrer o pouco edificante D. João V, de faustosa memória.

Com o andar dos anos, denunciado à santa Inquisição pelo próprio Sebastião José, foi o pobre velho, alquebrado e já montecapto,

¹⁷ *Ibid.*, p. 167.

¹⁸ *Histoire Religieuse, Politique et Littéraire de la Compagnie de Jésus composée sur les documents inédits et authentiques* par J. CRÉTEINEAU-JOLY, Paris, Lyon, 1851.

condenado como «falso profeta e hereje» e, depois de estrangulado, queimado em pleno Rossio, em 1761.

Até Voltaire condenou o auto de fé por «o excesso do ridículo e do absurdo se ter juntado ao excesso do horror».

No prólogo, o tradutor fala dos países «que Malagrida alumiou com a luz da ciência abrilhantada por virtudes e alta piedade». Além disso republica o folheto mandado imprimir pelo réu, a seguir ao terramoto, intitulado: «*Juízo da verdadeira Causa do Terramoto que padeceu a corte de Lisboa no primeiro de Novembro de 1755, prlo Padre Gabriel Malagrida, Missionário Apostólico, Lisboa, 1756*».

Camilo explica a raridade dos exemplares:

«este folheto motivou o desterro de Malagrida para Setúbal, fez parte no processo da sua condenação, e enfureceu por tanta maneira o rancor do ministro onnipotente, que todos os exemplares apreendidos e voluntariamente entregues foram queimados pelo algoz, na Praça do Comércio, em oito de Maio de 1771, por edital da Mesa Censória de 30 de Abril, dez anos depois do suplício do seu autor.

Entre os signatérios do edital, e membros da Mesa Censória avultam nomes de qualificadores do santo ofício que em 1756 tinham aprovado e encarecido a utilidade e publicação do opúsculo! Tais prodígios de infâmia exercitava o terror naquelas consciências abatidas e acalcanhadas pelo pé de Sebastião de Carvalho»¹⁹.

A mentalidade camiliana está expressa, julgamos que perfeitamente, nas palavras que antecedem a reprodução literal do folheto:

«É tempo de fazermos conhecido o documento que expulsou da corte o austero jesuíta, acusado de fazer intervir a Providência divina nas calamidades que afligem o género humano. Sebastião de Carvalho, coração empedrado pelo ateísmo do seu, ainda assim, mal compreendido Voltaire, odiou naquele lance do terramoto e do incêndio, o clero que acudia à desgraça com os confortos da religião e bálsamos da piedade. Era-lhe mais agradado espectáculo ver duzentas forcas funcionando à toa, que ouvir os clamores dos sacerdotes exortando à comiseração dos maus, e pacientando o exaspero dos bons»²⁰.

¹⁹ CAMILO CASTELO BRANCO, *Páginas Quase Esquecidas*, recolha, apresentação e notas de Alexandre Cabral, II, Porto, Edit. Inova, p. 39 e 40.

²⁰ *Ibid.*, p. 41.

Curso de Literatura Portuguesa (1876)

A seguir à morte do malogrado José Maria d'Andrade Ferreira que se comprometera a escrever um *Curso de Literatura Portuguesa*, mas deixara pronto apenas o primeiro volume, recorreu a Livraria Editora de Matos Moreira & C.^a de Lisboa, a Camilo Castelo Branco, pedindo-lhe um segundo volume.

Noticiando na «Explicação» preliminar a anuência do escritor, os Editores lavram o seu formal agradecimento:

«Esta notícia — escrevem eles — deve encher de júbilo todos que prezam as boas letras. Com verdadeiro sobressalto se desejará saber o que pensa dos outros quem tanto há escrito.

Daqui beijamos as mãos ao ilustre romancista que, arredando escrúpulos, aliás de louvável delicadeza, se deliberou a prestar este enorme serviço não só a nós em especial, como em geral a todos os que se entregam a estudos sérios».

Competia ao romancista dar continuidade à obra, retomando no capítulo X a Quinta Época (1580-1700). Acontecia, porém, que no anterior capítulo IX, Andrade Ferreira tratara de assuntos sobre os quais Camilo tinha outra visão. O sumário do já citado capítulo IX dizia, a certo passo: «A Inquisição e o fanatismo religioso: os jesuítas viciando o ensino público: maus efeitos do sistema».

No texto correspondente especifica-se com evidente parcialidade o caminhar da influência jesuítica que se ia apoderando do ensino. Passo importante, sem dúvida, tinha sido a introdução do «bem conhecido *Método Alvarístico*, obra do Padre Manuel Álvares, que reduzia a instrução literária a um processo gramatical, destinado a esterilizar o cérebro dentro da insuficiência do seu plano».

E continua o requisitório:

«Sobre esta base de ignorância é que se pretendia erguer o terrível poder, porque só em trevas profundas se conseguia abafar a inteligência e a ilustração»²¹.

Camilo ao ler estes e outros dislates, por certo recordaria a passagem aqui glosada da *Dedução Cronológica e Analítica* em que acintosa e falsamente se apresentava Mestre

²¹ *Curso de Literatura Portuguesa* por JOSÉ MARIA d'ANDRADE FERREIRA, 1º vol., p. 367.

«Simão Rodrigues, primeiro Fundador neste Reino daquela infesta Sociedade; sendo filho de um Sapateiro da Vila de Vouzela, na Província da Beira; sendo destituído de letras e virtudes, e sendo associado por dez Companheiros tão escuros e tão idiotas como ele o era, pudesse achar na sua hipocrisia, na sua malícia, e nas de tão poucos e tais Sócios, todas forças necessárias para dominar despoticamente um Monarca tão poderoso como foi o Senhor Rei D. João III...»²²

A «Introdução» da segunda parte, justifica de facto o que se diz no rosto. Trata-se não só de «continuação» mas ainda de «complemento». Neste sentido, Camilo adverte que Andrade Ferreira fala de «imaginárias trevas que enoçaram a literatura nacional desde 1580 até 1720» responsabilizando «primeiro D. João III, depois o jugo de Castela e conjuntamente os jesuítas», acrescentando:

«com o seu inteligente *Curso*, ... seguiu os vestígios de outros pensadores de grande vulto a quem cumpria restaurar a verdade, destriçando-a das arguições apaixonadas que enraizaram no terreno da política, acostando-se aos parcialíssimos libelos da *Dedução Cronológica* e do *Compêndio Histórico do estado da Universidade de Coimbra*»²³.

Contraditando a *Dedução*, chama ao padre Simão Rodrigues de Azevedo «o mais ardente apóstolo da nova milícia»²⁴.

Defende o método jesuítico no ensino da latinidade, espantando-se como possa alguém «pensar que os jesuítas atrofiavam o cérebro dos alunos quando insidiosamente lhes incutiam preceitos de mera prosódia e de inocente sintaxe.»²⁵ Os exemplos, contrapondo o padre Álvares e o padre Pereira de Figueiredo, autores das gramáticas rivais são elucidativos das questiúnculas produzidas.

No campo da Filosofia, defende os *Conimbricenses* «nomeadamente o padre Pedro da Fonseca, antonomasticamente chamado o *segundo Aristóteles*», aceitando «o parecer dos que professam a ciência e julgaram os professores jesuítas, desprendidos de preconceitos». E, a propósito, aduz o testemunho de «Barthélemy de Saint-Hilaire,

²² *Dedução Cronológica e Analítica*, I, Lisboa, 1768, Introdução Prévia, p. I.

²³ *Curso de Literatura Portuguesa* por CAMILO CASTELO BRANCO, p. 8.

²⁴ *Ibid.*, p. 11.

²⁵ *Ibid.*, p. 15.

citado inteligentemente pelo senhor Lopes Praça, na sua *História da Filosofia em Portugal*.»²⁶

A modo de epifonema laudatório, Camilo remata:

«A defesa da Companhia de Jesus, no ponto de vista literário, requeria mais amplo espaço sobre pulso mais vigoroso. Na órbita das letras, ao crítico ilustrado não lhe faltariam bons lanços para glorificar-lhes a memória. A censura não passaria por eles silenciosa; mas o louvor também ergueria a sua voz, pondo oiro fio a balança dos bens duradouros e erros transitórios; e perdoaria aos culpados em desconto dos mártires que escreveram com sangue a palavra 'Caridade' entre nações onde o Protestantismo não mandou abrir os fastos do seu martirológio.»²⁷

No corpo do volume há várias referências elogiosas a escritores jesuítas, a começar pelo P. Baltasar Teles, «imaginoso e rico de locuções», na sua *Crónica da Companhia de Jesus na Província de Portugal* (1645) e *História Geral da Etiópia a Alta ou Preste João* (1660). Cita-se a propósito a apreciação «sem demasia de louvores» de D. Francisco Manuel: «estilo claro, casto, elegante e generoso; a retórica cumprida na energia do dizer; a eloquência satisfeita na graça da oração; expressa a torrente histórica para narrar.» Não podemos dizer que o discípulo retratou desfavoravelmente o mestre!²⁸

O autor seguinte é julgado em poucas e meio sibilinas palavras:

«O jesuíta *João de Lucena*, nascido em 1550 e falecido em 1600, escreveu a *História da vida do padre Francisco Xavier*. Levantaram-no alguns críticos ao coronal dos clássicos; houve exageração, sem haver injustiça».

Camilo é algo reservado porque, segundo ele escreve, o doutíssimo José Feliciano de Castilho «demonstrou com severa exacção» o desastroso plágio da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto.²⁹

Se quiséssemos justificar o título de «imperador da língua portuguesa» que Fernando Pessoa decretou para o padre António Vieira teríamos uma página de antologia na qual Camilo fala do insigne colega, magistralmente:

²⁶ *Ibid.*, p. 17.

²⁷ *Ibid.*, p. 20.

²⁸ *Ibid.*, p. 91.

²⁹ *Ibid.*, p. 95.

«São os sermões do padre António Vieira uns riquíssimos minérios do mais fino ouro pelo que respeita à linguagem. Ninguém reuniu em poucas páginas tantas palavras rubricadas pelos mestres que o precederam. As opulências que Vieira aditou à prosódia constituiriam o idioma português no alto ponto das línguas mais ricas, se já então houvéssomos entrado em comunhão de ciências com a Europa, e tivéssemos adaptado à nossa índole glótica os termos facultativos. O seu modo de adjectivar é irrepreensível; a propriedade do epíteto é nele tão original que a não podemos derivar de Camões nem de Barros. Esplende-lhe do génio; bafeja-lhe a ironia, o sarcasmo, o que quer que fosse de mais avançada cultura, em um meio social de mais complicadas paixões. Quem se votasse à agradável tarefa de colher palavras e frases nos sermões de Vieira, desenredando-as do sarilho vicioso em que ele as envencilhava, formaria um florilégio, um bastantíssimo vocabulário e selecta prosódia para exercícios de primorosa escrita»³⁰.

Ao tratar da Epistolografia, aparece de novo Vieira como modelo, repetindo-se de passagem as anteriores críticas ao artificiosismo em que o ilustre jesuíta incorrera nalguma das suas pregações.

«O estilo desartificial e espontâneo das *Cartas do Padre António Vieira* protesta contra os embelecões e frivolidades de alguns dos seus sermões. É prodigiosa incoerência ver como este desmedido talento, sacrificando nos templos o seu bom siso aos sufrágios do auditório, tão desconcertadamente pensava e por vezes se exprimia, ao mesmo passo que, praticando epistolarmente com doutos, guardava o decoro e purismo extremado da linguagem com o mais lustroso sentimento da arte!»³¹

Camilo apreciou o *verdadeiro Método de Estudar do Padre Barbadinho*, julgando-o «o motor mais progressivo que a chamada idade de ferro das letras portuguesas podia receber, não só de um homem, senão de uma academia empenhada na reforma». Mas formula as suas reservas, quanto à arte de escrever, distinguindo a teoria da prática: «Verney para todo o bom saber de humanidades deu bons alvitres, mas como escritor é menos correcto que os seus adversários da Companhia de Jesus»³².

³⁰ *Ibid.*, p. 104.

³¹ *Ibid.*, p. 123.

³² *Ibid.*, p. 159-160.

Nas «Notas» finais, introduzindo uma Epístola de Camões (3ª do tomo III da edição de Hamburgo) que começa: «Mui alto Rei, a quem os Céus em sorte / Deram o nome augusto e sublimado», lemos ainda:

«Se um padre jesuíta houvesse escrito a *Epístola*, quantas edições tardeadas de injúrias lhe não dariam os mestres de história e literatura nacional quando insinuam à mocidade que a jornada de D. Sebastião se deve a incitamentos da Companhia de Jesus para preparar a Filipe II a usurpação?!...»³³

Perfil do Marquês de Pombal (1882)

Este rigoroso libelo acusatório foi uma vez discordante, porventura a que gritou mais alto, no concerto laudatório que celebrou entre nós o primeiro centenário da morte do grande Marquês.

Logo no prómio o autor confessa sem reboço a sua parcialidade, atribuindo a tal malevolência uma finalidade humanística:

«O meu ódio, grande, entranhado e único na minha vida, ao marquês de Pombal, não procede de afecto ao padre nem do desagravo da religião: é por amor ao homem».

E prossegue com remoque irónico à infalibilidade pontifícia, proclamada doze anos antes no Concílio Vaticano I:

«A religião da dogmática infalibilidade do papa que decretou a extinção da Companhia de Jesus, não merece que a gente se esfalfe e indisponha por conta dela, nem tem um sério direito a queixar-se do marquês de Pombal, cujas pretensões penso eu, não chegaram à infalibilidade»³⁴.

No capítulo «O Marquês de Pombal e os Jesuítas», Camilo volta à carga, com boa dose de sarcasmo que era indubitavelmente uma das suas armas mais temíveis:

«Os dominicanos Concina Pattuzi, o famoso Pascal e as campanudas diatribes pombalinas não me demoveriam de algum afecto à Companhia de Jesus, se razões católicas de grande força não me impusessem o poder e a modéstia de me não querer fingir mais sábio e mais infalível que Clemente XIV. Desde que este

³³ *Ibid.*, p. 302.

³⁴ Porto, Lello & Irmãos-Editores, 1982, p. 4.

sumo pontífice, vigário de Cristo, disse o diabo a quatro dos jesuítas, eu não devo, sem pecha de ruim católico rebelde, contradizer o douto e circunspecto papa. Demais a mais, dá-se o caso de o Santíssimo Padre Clemente XIV, antes de abolir a Companhia, ter orado e gemido a pedir o conselho ao *pai das luzes*. Sua Santidade o diz muito comovido: *com muitos gemidos e contínuas orações pedimos ao pai das luzes que nos desse particular auxílio e socorro*».

O polemista, sentindo-se senhor do campo, ataca mais fundo, numa réplica habilmente disposta:

«As luzes que o sucessor de S. Pedro suplicava, manda a piedade crer que ele as alcançasse por intercessão de muitos pontífices que lá estão em cima, e cá em baixo no calendário; duvido, porém, que para a graça do deferimento cooperassem os rogos de Paulo III, que tinha criado a Companhia de Jesus, e mais uns dezoito papas que a engrandeceram ampliando-lhe os privilégios».

Seguidamente, são expostas sumariamente as razões papais para a supressão da Companhia, sendo a conclusão — «com maduro conselho e certa ciência e com plenidão do poder apostólico extingui-mos e suprimimos a tantas vezes nomeada Companhia» — apostilada com refinada ironia. Como se dissesse: longe de mim, como bom católico, dizer que na bula em questão há mentiras e iniquidades!

Mas voltemos ao texto:

«Se eu impugnasse a exposição da bula de Clemente XIV, maliciando-a de caluniosa e iníqua, ultrajaria a rectidão infalível do chefe da igreja universal (este *universal* é como a *Etiópia*, *Arábia* e *Pérsia* dos domínios do Sr. D. Luís I). E, ferindo com os espinhos de tão sacrílegias suspeitas a cabeça visível de Cristo, seria eu um judeu não menos visível».

Segue-se o remoque ao conde de Samodães que escreveu um emaranhado prólogo ao seu livro *O Marquês de Pombal*:

«Os escritores católicos inteligentes que propugnam pela inocência dos jesuítas extintos protestam rebeldemente contra as deliberações de Sua Santidade; e, com vontade ou sem ela, são ovelhas tresmalhadas do aprisco, porque denegam que o Espírito Santo assistisse ao sumo pontífice quando deliberou».

A conclusão deste bicudo ponto de história eclesiástica leva-nos novamente ao inevitável Sebastião José:

«Não ousou, pois, repito, interrogar a irresponsabilidade humana do Santo Padre no direito que lhe deu Jesus Cristo de ligar e desligar. O que eu pretendo sustentar é que o marquês de Pombal matou jesuítas sem prova de culpa, uns nas masmorras da Junqueira, outros no Castelo da Foz, muitos de fome nos porões dos navios de transporte, e o mais irresponsável de todos, porque era demente, em estrangulação pública e infamatíssima na Praça do Rossio»³⁵.

No decurso do capítulo, Camilo ocupa-se miudamente do padre Malagrida como missionário vinte e nove anos no Brasil, confessando não saber «muito das suas virtudes e nada dos seus vícios». Diz-nos ainda que o desventurado padre foi poeta de vilancetes ao divino, cujo texto italiano, de feição penitencial, não sabemos com que música se cantava. Além disso exerceu o professorado de literatura no Colégio de S. Luís do Maranhão e leu Teologia de 1730 a 1735.

O seu apostolado em Lisboa e Setúbal anda ligado aos seus incriminados escritos que Camilo vai percorrendo com sorridente crítica, documentando a «insânia do padre Malagrida», fruto — quem sabe? — dos trabalhos apostólicos excessivos, dos jejuns, das vigílias e orações mentais.

Exemplifica algumas das suas «fantasias duma extravagância sandia a respeito do Anticristo e de Santa Ana cuja vida escreveu». Desta última diz que «casara para ser mais virgem e casta», — expediente adverso à fisiologia, exclama Camilo! — que tinha uma irmã chamada Baptistéria e que o marido, Joaquim de sua graça, era ajudado na arte de pedreiro por carpinteiros que eram anjos disfarçados.

Dos anticristos que seriam três, pai, filho e neto o último nasceria, de coito danado, precisamente em Milão, no ano da graça de 1920. Sua mãe afinal viria a salvar-se, «porque muitas mulheres sem boas obras, se tinham igualmente salvado por serem *Marias*».

O «deplorável louco» foi justificado por estas e outras *heresias*.

«Acabado o espectáculo pelo incêndio do cadáver de Malagrida e da estátua de Francisco Xavier de Oliveira, houve um

³⁵ *Ibid.*, p. 205-208.

lauto jantar no palácio da Inquisição, oferecido por Paulo de Mendonça e presidido por seu mano, Sebastião José de Carvalho. Hurra! pelo marquês de Pombal!»³⁶

Polémica com Oliveira Martins (1884)

Mais que de polémica, trata-se antes de «diálogo amigável entre dois vultos das nossas letras» segundo as justas palavras de *O Primeiro de Janeiro* onde decorreu a suposta contenda. O leitor que termine a leitura dos textos, publicados por Alexandre Cabral na sua edição integral das *Polémicas de Camilo*, sente-se verdadeiramente defraudado³⁷.

Os antagonistas, no decurso da amena cavaqueira tratam-se alternada e significativamente por talentoso, ilustre, nobre, prezado amigo! De facto, nenhum deles se empenha a fundo, exibindo antes cada qual os conhecimentos respectivos a propósito da Companhia de Jesus e tecendo alternadamente suas reflexões e comentários.

Aparentemente, trata-se de saber se os Jesuítas tiveram ou não papel relevante na perda da independência a favor dos Filipes e na Restauração em benefício de D. João IV. E consequentemente se os ditos religiosos quiseram ou não fazer de Portugal «o Paraguai da Europa».

A expressão tinha sido publicitada pelo tribuno Emilio Castelar, muito conhecido entre os intelectuais da nossa praça, julgando-a de Oliveira Martins que por sua vez a recolhera na sua *História de Portugal*, tomando-a de um opúsculo de Alexandre Herculano, sem dizer por aqui me vou...

José Caldas que não gostava do «Messias das Águas Férreas», por ele ser vira-casacas político, e ainda por ter o vazo de colher dados históricos noutros autores sem os nomear, como era o caso de Rebelo da Silva, escreveu a Camilo, como quem lhe fornecia munições para a refrega. Camilo porém limitou-se a responder que era fácil perceber logo que «Oliveira Martins não forrageava em Alemanha», mas que não queria beliscar o homem por ser seu amigo³⁸.

³⁶ *Ibid.*, p. 212-229.

³⁷ Vol. IX, Lisboa, Livros Horizonte, 1982.

³⁸ *Vinte Cartas de Camilo Castelo Branco (1876-1885)*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, Limitada, 1922, p. 121-130.

O motivo, porventura mais sério, é que, a despeito do aparente e «sincero desamor» aos jesuítas, tantas vezes expresso com veemência e acrimónia, Oliveira Martins, no seu íntimo, os admirava. Quem ler desapaixonadamente na *História da Civilização Ibérica* o soberbo capítulo sobre «Santo Inácio de Loyola» e na *História de Portugal* «A Educação dos Jesuítas» facilmente poderá concluir isso mesmo. Por modo de exemplo citam-se apenas duas brevíssimas passagens:

«O fundador do novo catolicismo é Santo Inácio, e por via dele passa para o corpo da religião da Europa latina alguma coisa do génio da Espanha: eis aí o primeiro modo, e o superior, pelo qual esta conquista o Mundo no século XVI» ³⁹.

E ainda: «Com uma perspicácia genial, a Companhia descobriu o princípio educativo dos homens» ⁴⁰.

Por sinal, Camilo conhecia muito bem as duas *Histórias* citadas, e nos *Narcóticos* (1882) dissera da sua justiça, louvando quando era o caso disso, e discordando quando lhe parecia que o historiador saía dos trilhos, reconhecendo-lhe, muito embora, «as excelências duma convicção guiada por um grande talento».

Quanto aos Jesuítas, achava que

«abusava um tanto das espáduas deles sobrepondo-lhes a grande carga da fatalidade do país desde o reinado de D. João III. A educação jesuítica, segundo nos parece — influiu pouquíssimo no espírito ignorante da nobreza, que, em matéria de religião, sentiu-se menos da influência dos padres do que da corrupção pagã que desce do paço da Ribeira, através dos pomposos palácios do Rossio, e chega às alfurjas dos petintais de Alfama. O jesuíta não educou na direcção das batalhas o neto de D. João III; é mais de crer que o orientasse na direcção do céu; mas é sabido que o galhardo misantropo não obedecia a padres nem a fidalgos» ⁴¹.

O Marquês é outro ponto de discórdia, exposta com grande independência de espírito e num tom de mansidão apostólica que de alguma forma antecipava a polémica:

«As iras de Pombal, postas na corrente da tradição, conservam ainda o calor que uma crítica em demasia transigente pretende

³⁹ *História da Civilização Ibérica*, Lisboa, Círculo de Leitores, s.d., p. 199.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 206.

⁴¹ *Narcóticos*, II, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1920, p. 170.

sustentar na admiração pelo figadal inimigo da Companhia de Jesus. Não pretendo irrogar censura ao snr. Oliveira Martins, nem o impugno. Neste ponto de divergência inconciliável, admiro a habilidade, mas não convenho na equidade da acusação. Todos temos, nos nossos panoramas históricos, ilusões de perspectiva»⁴².

*

Poderíamos referir ainda outras alusões aos inacianos, como a nota ao livro de Paul Féval *Jesuítas*, traduzido excelentemente pelo P. Sena Freitas, com aplauso de Camilo, não só à doutrina como ainda ao estilo:

«um livro duas vezes didáctico», escreve o romancista, porque «ensina a verdade histórica e a genuína língua dos jesuítas Francisco de Sousa, Francisco de Amaral e António Vieira. Eu dei-lhe nas minhas estantes o raio onde tenho a fileira dos melhores clássicos»⁴³.

O *Mosaico e Silva* (1868) já falara eloquentemente «Àcerca dos Jesuítas», atalhando os receios de Herculano, temeroso da reacção ultramontana, pondo por eles a mão no fogo, sobretudo pelos missionários que o escritor diz conhecer «de vista e de orelha».

E acrescenta: «Aqueles jesuítas entendendo e respeito. Passam e não deixam vestígios desairosos. Doutrinam e exemplificam. Têm a grande virtude da boa fé, tão rara».

E remata: «os jesuítas do meu tempo são pessoas inofensivas e além disso caluniadas, quando praticam actos beneméritos de louvor»⁴⁴.

Ficamos por aqui, embora a apologia inventariada pudesse continuar ainda com algumas tonalidades de claro-escuro, e até saídas pitorescas, como o remate de diálogo constante do *Olho de Vidro*: «Quando você quiser termos comparativos para burros, não vá procurá-los à Companhia de Jesus que vai errado»!⁴⁵

⁴² *Ibid.*, p. 172.

⁴³ *Ibid.*, p. 81.

⁴⁴ Porto, Lello & Irmãos-Editores, 1968, p. 24-35.

⁴⁵ 2ª ed., Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1904, p. 148.